

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001252-45.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perda da Propriedade**
 Requerente: **Reginaldo Baffa**
 Requerido: **Urias Antonio Alves de Araújo e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS****Vistos.**

Reginaldo Baffa ajuizou pauliana contra **Urias Antônio Alves de Araújo, Maria Bernadete Amorim Pires e Elisa Araújo Ligerio**. Alegou, em síntese, que moveu ação de execução de título extrajudicial contra o primeiro réu, perante a 5ª Vara Cível local, visando à cobrança de R\$ 7.042,72, referente a contrato de honorários advocatícios, mas não conseguiu receber seu crédito (processo nº 0006768-44.2010.8.26.0566). Advogou para o primeiro réu em ação de separação judicial, onde se proferiu decisão de homologação de partilha, feito que tramitou na 1ª Vara Cível local (processo nº 0013024-13.2004.8.26.0566, controle nº 433/04). Informou que o primeiro réu possuía metade ideal do imóvel objeto da matrícula nº 126.321 e 25% do imóvel matriculado sob o nº 27.245, ambos do CRI local. Houve nova partilha e, posteriormente, o primeiro réu doou fração ideal correspondente a 15,625% do imóvel objeto da matrícula nº 27.245 para a terceira ré. Questionou as alienações de tais imóveis, porquanto em fraude contra credores, mencionando conduta de terceiros estranhos à lide, como imobiliária e Cartórios. Afirmou que os negócios jurídicos reduziram o primeiro réu à condição de insolvente, impedindo o autor de receber seu crédito de honorários advocatícios. Pediu ao final: (i) a anulação do acordo firmado no processo nº 0013024-13.2004.8.26.0566, que deu origem ao R.09/M.27.245; (ii) a anulação da escritura de doação e de re-ratificação e o consequente registro R.11/M.27.245. Trouxe o entendimento jurisprudencial acerca do marco inicial do prazo decadencial de quatro anos para anular negócio jurídico no caso de fraude contra credores. Juntou documentos.

Foi indeferido o pedido de distribuição por dependência à 5ª Vara Cível.

1001252-45.2018.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Urias Antônio Alves de Araújo foi citado e contestou alegando, em suma, que a ação de execução movida pelo autor, processo nº 0006768-44.2010.8.26.0566, está paralisada há mais de cinco anos, caracterizando-se a prescrição da pretensão executória, o que será lá discutido. Aponta infração ética do autor, que se valeu do conhecimento de ações patrocinadas por ele em favor do réu contestante. Defendeu a ocorrência de decadência em relação a todos os negócios jurídicos. No mérito, refutou a fraude contra credores, salientando que o autor teve conhecimento de todas as negociações do réu, em virtude de sua participação profissional. Informou que efetuou o pagamento dos honorários, o que será informado no processo de execução. Pediu a improcedência da ação.

Elisa Araújo Liger foi citada e contestou alegando, em resumo, que a ação de execução movida pelo autor, processo nº 0006768-44.2010.8.26.0566, está paralisada há mais de cinco anos, caracterizando-se a prescrição da pretensão executória, o que será lá discutido. Aponta infração ética do autor, que se valeu do conhecimento de ações patrocinadas por ele em favor do réu contestante. Defendeu a ocorrência de decadência em relação a todos os negócios jurídicos. No mérito, refutou a fraude contra credores, salientando que o autor teve conhecimento de todas as negociações do réu, em virtude de sua participação profissional. Pediu a improcedência da ação.

Maria Bernadete Amorim Peres foi citada e contestou defendendo, em síntese, a manutenção do acordo firmado. Negou qualquer conluio em prejuízo do autor. Pediu a extinção do processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, ou a improcedência da ação.

O autor apresentou réplicas.

As partes tiveram oportunidade de especificação de provas.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

De início, cumpre assentar que a falta de interesse processual, arguida em


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contestação, na verdade se refere ao próprio mérito da demanda. Mas ainda que se entendesse em sentido contrário, cabe assinalar que, de acordo com o artigo 488, do Código de Processo Civil, desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do artigo 485, em cujo inciso VI está o reconhecimento de falta de interesse processual.

Trata-se de ação pauliana que visa à anulação partilha judicial e posterior doação de imóvel. O pedido, entretanto, é improcedente, porquanto fulminado pela decadência, nos termos do artigo 178, inciso II, do Código Civil: *Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: (...) II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.*

É de quatro anos o prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contados, no caso de fraude contra credores, do dia em que se realizou o negócio jurídico. Não se desconhece, todavia, que há entendimento jurisprudencial assentando que, em se tratando de alienação de imóvel, o termo inicial é contado do registro do ato no Cartório de Registro de Imóveis, porque somente com isto é que se dá publicidade e, portanto, produz-se efeitos *erga omnes*: *A respeito: O termo inicial do prazo decadencial de quatro para a propositura da ação de anulação por vício de negócio jurídico de bens imóveis é a data do registro do ato ou contrato no cartório imobiliário, momento em que tal medida gera efeitos erga omnes e, conseqüentemente, validade contra terceiros* (STJ-3ªT., REsp 1.205.147-AgRg, Min. **João Otávio**, j. 7.8.14, DJ 20.8.14).

No entanto, aludido entendimento cede frente à hipótese do caso concreto, em que o autor tinha conhecimento dos negócios que pretende anular. Nesse sentido, em caso análogo, já se decidiu: *Ação declaratória. Nulidade de doação. Vício de consentimento. Prazo decadencial. Termo inicial. Antes do registro imobiliário, que lhe dá publicidade erga omnes, o negócio jurídico envolvendo bens imóveis só tem eficácia perante as partes que o celebraram, não fluindo contra os terceiros, que dele não têm conhecimento inequívoco, o prazo decadencial para anulação. A decadência é causa extintiva do direito pelo seu não exercício no prazo estipulado pela lei, cujo termo inicial deve coincidir com o conhecimento do fato gerador do direito a ser pleiteado. Não é*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

razoável invocar a ausência de 'conhecimento inequívoco do ato', pelo próprio donatário do bem, diante da ausência do registro do contrato e aferição pelo Tabelião da regularidade do empreendimento onde se encontrava o lote doado. O prazo decadencial para anulação da doação na hipótese, portanto, é de quatro anos, contados do dia em que se realizou o negócio jurídico, nos termos do que expressamente dispõe o art. 178, II, do Código Civil (STJ-3ªT., REsp 1.418.435, j. 18.3.14, DJ 26.3.14).

Com efeito, o autor pretende anular, nos termos do pedido deduzido na petição inicial, apenas o acordo firmado no processo nº 0013024-13.2004.8.26.0566, que deu origem ao R.09/M.27.245, bem como a a escritura de doação e de re-ratificação e o consequente registro R.11/M.27.245. Ocorre que o autor não pode alegar desconhecimento acerca desses negócios.

De fato, houve homologação da partilha por sentença proferida em 22 de julho de 2008, processo nº 0013024-13.2004.8.26.0566, controle nº 433/07 (fl. 119), em que o autor atuou como advogado. No mesmo processo, houve nova homologação de acordo, agora por sentença proferida em 27 de novembro de 2013 (fl. 144). São essas as datas a serem consideradas, e não a do registro da carta de sentença extraída, que ocorreu em 30 de junho de 2015 (R.09, fl. 100). Ademais, verifica-se que o réu doou à terceira ré 15,625% por escritura pública lavrada em 03 de fevereiro de 2011, re-ratificada em 03 de setembro de 2015, com registro efetuado em 23 de setembro de 2015 (R11, fl. 101). De igual modo, há que se considerar a data da escritura pública, que era de conhecimento do autor.

Ademais, na ação de execução de título extrajudicial, processo nº 0006768-44.2010.8.26.0566, o próprio autor já apontava a ocorrência de possível fraude contra credores, insurgindo-se contra o primeiro réu, por exemplo, em 03 de julho de 2012 (petição de fl. 47), em 25 de julho de 2012 (petição de fls. 56/57), em 26 de julho de 2012 (petição de fls. 67/68), sobrevindo decisão naquela demanda, prolatada em 03 de outubro de 2012, relegando o autor para discussão da fraude em ação própria (fl. 69).

Como os negócios que o autor pretende anular eram de seu prévio conhecimento, não se pode levar em conta a data do registro na matrícula do imóvel, seja da carta de sentença, seja da escritura pública de doação, junto ao Cartório de Registro de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Imóveis, mas sim a data em que os negócios foram realizados, fulminando-se, assim, o direito do autor, pela decadência, uma vez ultrapassados mais de quatro anos, considerando que a presente demanda foi proposta apenas em 23 de fevereiro de 2018.

Anote-se, ainda, que apesar de na causa de pedir haver questionamento de negócio envolvendo o imóvel objeto da matrícula nº 126.321 do CRI local, o próprio autor esclareceu em réplica que não há pedido de anulação (fl. 263). Logo, descabe qualquer decisão judicial a respeito.

Não se vislumbra a prática de infração ética pelo autor, que atua em causa própria, uma vez que procurou a defesa do direito que julga possuir, à luz dos elementos de que dispunha, ainda que tenha acesso a parte deles quando atuava como advogado, até porque, como visto, trata-se de execução justamente de honorários advocatícios, sendo impossível desvincular o autor das origens das negociações questionadas.

Descabe, por fim, a condenação em litigância de má-fé, em relação a quaisquer das partes, porque ambas atuaram no curso do procedimento na tentativa de demonstrar a veracidade de suas alegações e, além disso, como já assentado, *a aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico, perfeitamente identificável a olhos desarmados, sem o qual se pune indevidamente a parte que se vale de direitos constitucionalmente protegidos (ação e defesa)* (STJ. 3ª Turma. REsp 906.269, Rel. Min. **Gomes de Barros**, j. 16/10/2007).

Adianta-se, para o fim de evitar embargos de declaração protelatórios, que nesta sentença foram analisadas todas as questões de fato e de direito julgadas importantes para o deslinde da causa, cabendo à parte interessada, se o caso, valer-se de recurso de apelação para obtenção de efeito infringente. Nesse sentido: (...) *o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.* (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Min. **Diva Malerbi**, Desembargadora convocada do egrégio TRF da 3ª Região, Primeira Seção, julgado em 08/06/2016).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil.**

Condeno o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da ação, sendo 5% (cinco por cento) para cada réu, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 06 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**